



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº 17723/21
RUBRICA [assinatura] FLS. 09

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE RECURSO Nº: 17.723/2021
PROCESSO DE CONTRARRAZÕES Nº: 18.021/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2021

PROCESSO DE ORIGEM: 3.404/2020

RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS
(CNPJ 08.827.841/0001-89)

RECORRIDOS: PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA (CNPJ 07.579.818/0001-50)

Trata-se do Pregão Presencial nº 079/2021, para REGISTRO DE PREÇOS **VISANDO O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOM, LUZ, GERADOR, TRIOS ELÉTRICOS E PAINÉIS DE LED PARA EVENTOS E SHOWS A SEREM REALIZADOS AO LONGO DE 12 MESES** da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo desta municipalidade, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº **3.404/2020**.

A sessão pública de abertura do Pregão ocorreu no dia 07 de outubro de 2021, com início às 10:00 horas, sendo concluída no dia 14 de outubro de 2021 às 16:00 horas, onde a empresa **RDR PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP** sagrou-se vencedora dos itens 05 e 13 e a empresa **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA**, ora recorrida, sagrou-se vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 14. A licitante **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS**, ora recorrente, foi declarada inabilitada pelo descumprimento do item ao item 6.1.3, alínea b) do instrumento convocatório.

Foi aberto o prazo para intenção de recurso, onde o representante da recorrente **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** se manifestou em ata com intenção de recurso contra a decisão do Pregoeiro com a seguinte declaração: "Eu vou entrar com recurso contra a minha inabilitação", trecho transcrito da ata final do certame "Ata de Certame – Continuidade com divulgação dos resultados" datada de 14 de outubro de 2021 às 16:00.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



I. DA TEMPESTIVIDADE

Ainda durante a sessão, foi questionado a todos os representantes das licitantes presentes sobre suas intenções de recurso e dos prazos estabelecidos para apresentação do memorial de razões dos mesmos. A recorrente **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** manifestou-se em ata suas intenções recursais, protocolando seu memorial recursal sob processo administrativo de nº 17.723/2021, tempestivamente em 19/10/2021 que foi encaminhado para a Recorrida **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA** via correio eletrônico em 20/10/2021.

A Recorrida, **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA** apresentou memorial de contrarrazões tempestivamente em 22/10/2021, protocolado sob o processo administrativo de nº 18.021/2021.

II. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

2.1 Alega, resumidamente, e após requer que:

a) Que foi indevidamente inabilitada pelo pregoeiro, porque cumpriu com o solicitado no item 6.1.3 alínea b) do edital;

b) Requer que a recorrida **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA** seja declarada inabilitada pelo descumprimento do item 6.1.6, alínea b1) do edital;

III. DAS MANIFESTAÇÕES DA RECORRIDA

3.1 Alega, resumidamente, e após requer que:

a) Que cumpriu com todos os requisitos de habilitação técnica no presente certame;

b) Apresenta provas de cumprimento editalício;

c) Solicita ainda, que sejam improvidos os recursos das demais licitantes, por seu cumprimento integral do edital;

IV. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICA

Em análise e atenção quanto recurso apresentado pela associação privada **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS**, que questiona sua inabilitação e habilitação da empresa recorrida **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA**:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA

TRABALHO E RESPEITO
Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 14423 / 21

Fº 11 Rúbrica: [assinatura]

1. Sumariamente, de acordo com o Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, *in verbis*:

"Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

[...]

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;"

E ainda, c/c aos itens 7.2 e 7.2.1 do edital, *in verbis*:

"7.2O encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária, e protocolado na Sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, das 09:00 às 16:30 h, na Rua Coronel Madureira, n.º 77 – Centro – Saquarema – RJ."

"7.2.1 A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovimento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovimento."

Desta forma, se verifica que não foi juntado aos autos da recorrente nenhum documento que prove legalmente sua representatividade, o que por si só já se reverteria pelo seu **DESPROVIMENTO**.

Contudo, darei prosseguimento à análise do pleito, cabendo frisar que o Decreto nº 3.555/00, que regulamenta o pregão, na forma presencial, para aquisição de bens e serviços comuns, estabelece em seu art. 4º que a licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

2. Quanto as alegações da recorrente que cumpriu com todos os requisitos de habilitação técnica no presente certame:

De acordo com o item 6.1.3, alínea b):

"b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração de Resultado) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início das suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor;"(grifei)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



PREFEITURA
SAQUAREMA

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 14423/21

F. 12 Rúbrica

Em confronto ao estabelecido no Art. 31º, inciso I da Lei 8.666/93, in verbis:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

*I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, **já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;"*

Contemplamos que houve um equívoco por parte da recorrente ao questionar que cumpriu com a legislação na apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo em vista que sumariamente a licitante recorrente se trata de Associação Privada, sendo sua Natureza Jurídica 399-9 – categoria de Entidades Sem Fins Lucrativos.

A Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade está regulamentada na Resolução CFC nº. 1.328/11. O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público criado e regido por legislação específica, e que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, e tem, dentre outras finalidades, nos termos da legislação em vigor, **principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil**, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) **além de editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional**.

As Normas Técnicas do CFC estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade e classificam-se em:

NBC TG – Geral

- Normas Completas
- Normas Simplificadas para PMEs
- Normas Específicas
- NBC TSP – do Setor Público
- NBC TA – de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica
- NBC TASP – de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público
- NBC TR – de Revisão de Informação Contábil Histórica
- NBC TO – de Asseguração de Informação Não Histórica
- NBC TSC – de Serviço Correlato
- NBC TI – de Auditoria Interna
- NBC TP – de Perícia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 14723

F. 13 Rúbrica: [assinatura]



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

Especificamente entre as Normas Específicas, encontramos a ITG 2002 (R2), que altera a ITG 2002 e trata das Entidades sem finalidade de lucros, seu objetivo é:

“Esta Interpretação estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.” (item 1 ITG 2002 R2)

A ITG 2002 (R2) regulamenta as demonstrações contábeis das entidades sem finalidade de lucros em seus itens 22 a 27, *in verbis*:

“22. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

23. No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período.

24. Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

25. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.”(grifei e negritei)

De acordo com o confronto legislativo e normativo supracitado, é de entendimento que a licitante recorrente não cumpriu com os requisitos do edital, tendo em vista que não apresentou suas demonstrações contábeis de acordo as leis específicas, e ainda, pelo seu descumprimento o pregoeiro está vinculado ao julgamento objetivo, sendo impessoal de acordo com o princípio da legalidade.

3. Da solicitação que a recorrida **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA** seja declarada inabilitada pelo descumprimento do item 6.1.6, alínea b1) do edital:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**

TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 14423 / 21

F.º 14 Rubrica

Conforme Art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei 10.520/02:

“Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

[...]

XX - **a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso** e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;” (grifei e negritei)

De acordo com o supracitado, no momento em que o pregoeiro declara o vencedor da licitação, os licitantes que desejarem interpor manifestação recursal, terão que fazê-lo na própria sessão (imediate), indicando sucintamente o porquê e contra o quê irão recorrer (motivadamente).

Eis que, conforme lavrado na ata do certame do dia 14/10/2021, manifestou-se o representante da seguinte forma, como segue *in verbis*:

“Eu vou entrar com recurso contra a minha inabilitação”

De acordo com o ordenamento jurídico, os licitantes que silenciarem neste momento, não poderão, posteriormente, interpor recurso administrativo, uma vez que o direito à interposição decai pela falta de manifestação imediata e motivada na própria sessão. Apesar da manifestação imediata, atenta-se, claramente, que não houve por parte da recorrente nenhuma motivação em ata para sua apresentação de memorial recursal contra a habilitação da recorrida.

E ainda, conforme determina o próprio instrumento convocatório em seus itens 7.1 e 7.2.1, *in verbis*:

“7.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, **imediate e motivadamente, a intenção de recorrer**, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.” (grifei e negritei)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

"7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso." (grifei e negritei)

De acordo com a redação do Art. 41º da Lei 8.666/93 *in verbis*:

"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 14423 / 21

F. 15 Rúbrica: [assinatura]

V. DO MÉRITO DO RECURSO

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a **INABILITAÇÃO** da empresa recorrida **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA**, de acordo com as alegações da licitante **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** e também a **HABILITAÇÃO** da recorrente **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** conforme alega e requer.

VI. DA DECISÃO

Desta forma, em atenção ao art. 9º, VIII e IX, Decreto 3.555/00, encaminho a análise ao senhor pregoeiro responsável por todos os atos do presente certame, Por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, encaminho esta análise, para opinando pelo **IMPROVIMENTO DA IMPUGNAÇÃO** apresentada pela recorrente **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS** e reitero que em julgamento as alegações da recorrente não encontrei vícios nem atos ilícitos durante o certame Pregão Presencial 079/2021.

Ao Pregoeiro, para manifestação, após sugiro o encaminhamento ao Setor Jurídico do Município para parecer e por fim à Autoridade Competente para ciência e manifestação final.

Saquarema, 25 de outubro de 2021


Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
GUILHERME CASTRO
Matrícula 8109-1
Pregoeiro Substituto / Equipe de Apoio Pregão
PORTARIA 859 DE 17 DE AGOSTO DE 2021



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Departamento de Licitações e Contratos



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

DECISÃO DO PREGOEIRO

PROCESSO DE RECURSO Nº: 17.723/2021
PROCESSO DE CONTRARRAÇÕES Nº: 18.021/2021

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo 17723/21
Fº 16 Rúbrica: (assinatura)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2021

PROCESSO DE ORIGEM: 3.404/2020

RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS
(CNPJ 08.827.841/0001-89)

RECORRIDOS: PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA (CNPJ 07.579.818/0001-50)

Recebo o recurso interposto, dela tomo não conhecimento, porque tempestivo, mas ausentes elementos de representatividade, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO** julgando o mesmo **IMPROCEDENTE** considerando os termos e fundamentos expostos anteriormente pelo servidor membro da equipe de apoio da comissão. Firmo que **NÃO ASSISTE RAZÃO** a impugnante em suas alegações.

Decido por manter **INABILITADA** a licitante **ASSOCIAÇÃO CARIOCA DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS;**

Decido por manter **HABILITADA** a licitante **EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA;**

Encaminho a presente análise para emissão de parecer jurídico e posterior envio à autoridade competente para manifestação.

Saquarema, 26 de outubro de 2021

SAMUEL ARANDA NETO
PREGOEIRO
PORTARIA 859 DE 17 DE AGOSTO DE 2021